

Principais objetivos que integrarão o **Plano Nacional de Mudança Climática**

1. Fomentar aumentos de eficiência no desempenho dos setores produtivos na busca constante do alcance das melhores práticas.

Cogeração no Setor Industrial Brasileiro

Estudos mostram que a presença da cogeração no mercado de energia do Brasil situa-se ao redor de apenas **0,5%**. Com base em ações pontuais e regionais de auditoria de processos produtivos e de provimento de serviços energéticos pode-se estimar que, através da adoção de um programa integrado e permanente de gestão de energia nos diferentes setores industriais seriam garantidos de 40 a 60% de recuperação de energia térmica nos diferentes processos produtivos e serviços energéticos de uso final, assim como, no mínimo, **20%** de co-produção de calor, força e energia elétrica.

Empresa de Petróleo e Gás – Petrobras

Com relação à emissão de GEE dos processos típicos das atividades da Petrobrás, empresa integrada de energia, atuando na produção e exploração do petróleo, foram estabelecidas ações para promover a atenuação da curva de crescimento das emissões da empresa. Em seu Plano de Negócios 2008-2012, referente ao Plano Estratégico 2020, a Petrobrás estima, para o ano de **2012**, um total de emissões evitadas de GEEs de **3,93 milhões de toneladas de CO₂e**. No período 2007 a 2012, espera-se que seja evitada a emissão de **21,3 milhões de toneladas de CO₂e**.

Siderurgia mais Limpa

A substituição do carvão mineral pelo carvão vegetal renovável tem o potencial de gerar uma redução de emissões de **3 toneladas de CO₂ por tonelada de ferro processado** na siderurgia, desta forma pretende-se fomentar o uso de carvão vegetal renovável na siderurgia nacional.

Eficiência Energética

O Brasil tem um potencial atual de conservação de energia da ordem de 32 TWh de energia elétrica e de 6 milhões de toneladas equivalentes de petróleo. Objetiva-se reduzir **10% do mercado de energia no Brasil em 2030 (aproximadamente 106 TWh)** com projetos de eficiência energética, criando boas oportunidades para o MDL.

Programas de Eficiência Energética

a) Programa Brasileiro de Etiquetagem

b) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL

c) Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados de Petróleo e Gás Natural – CONPET

d) Programas de Eficiência Energética das Concessionárias Distribuidoras

e) Lei da Eficiência Energética

f) Programa de Etiquetagem Veicular

e) Substituição e Promoção do Acesso a Refrigeradores Eficientes

Em linhas gerais, se pretende que em 10 anos, 10 milhões de refrigeradores obsoletos sejam substituídos, gerando uma economia de 14 TWh, bem como uma redução de mais de **7 milhões de tCO₂** pela não geração da energia elétrica, além da retirada de cerca de 5 milhões de toneladas de CFC, gás nocivo à camada de ozônio que também é um GEE.

Programa Brasileiro de Elaboração de Inventários Voluntários da Indústria : Importante instrumento para se monitorar e avaliar o nível de esforço que cada indústria está fazendo no sentido de reduzir suas emissões de GEE.

Plano Nacional para a Eliminação de CFC

Até julho de 2008 foram recolhidos 560 kg de CFC-12 e enviados para regeneração. Atualmente no Brasil não há tecnologia para recolhimento do CFC-11 contido na espuma de isolamento das geladeiras. Gestões em curso com empresas privadas e doadores internacionais possibilitarão a implantação desta tecnologia no Brasil em 2009. Será então possível recolher cerca de **3 t de CO₂eq por geladeira**.

Estima-se que haja no Brasil 11 milhões de geladeiras com mais de dez anos, cuja troca seria vantajosa do ponto de vista da eficiência energética. Sob a coordenação do MME e participação do MMA, o Governo Federal está elaborando um programa visando este universo, objetivando a troca de **1 milhão de geladeiras por ano**. Além dos ganhos decorrentes da redução do consumo de eletricidade, pode-se recolher, em CFCs, o equivalente a um consumo evitado de **3 milhões de toneladas de CO₂ eq/ano**.

Programa Nacional de Eliminação de HCFCs – PNH

Uma estimativa para os resultados a serem obtidos pelo PNH, com base no disposto pela Decisão XIX/6, é que no período entre 2008 – 2040 se evite um consumo de 751.422 t de HCFCs. Ponderando-se a proporção entre as substâncias consumidas em 2007 no Brasil e os respectivos GWPs de cada substância, estas 751.422 toneladas equivalem a **1,078 bilhão de toneladas de CO₂eq**.

Setor Resíduos

Os resíduos sólidos urbanos, devido a seu elevado teor de matéria orgânica, representam cerca de 12% das fontes emissoras de metano no Brasil, sendo que a disposição final de resíduos é responsável por 84% desse valor, segundo o Inventário Nacional das Emissões de Gases de Efeito Estufa. Neste sentido, haverá um esforço para aumentar a coleta seletiva domiciliar de **10% para 20% até 2015**. A forma de se atingir este objetivo será através de programas de apoio a cooperativa de catadores e estímulo a coleta seletiva em prédios públicos. De acordo com o Plano Decenal de Saneamento Básico, hoje apenas **35%** do esgoto é coletado e tratado. Pretende-se passar para **70%**. Para tanto, os investimentos (públicos e privados) que atualmente estão na ordem de 6 bilhões de reais por ano serão duplicados.

2. Buscar manter elevada a participação de energia renovável na matriz elétrica, preservando posição de destaque que o Brasil sempre ocupou no cenário internacional.

a) entre 2007 e 2016 serão agregados ao sistema **34.460 MW** em novas hidrelétricas e será investido um montante de 90 bilhões de reais entre 2010 e 2016, caracterizando uma expansão majoritariamente hídrica.

b) MME também estuda a realização, ainda no primeiro semestre de 2009, de um **leilão específico para a fonte eólica**. No caso específico desta fonte, a realização periódica de leilões específicos é essencial para que se gere confiança nos investidores, a fim de que novos fabricantes e empresas de geração de energia venham a se instalar no País, promovendo a formação de uma indústria eólica nacional.

c) Os projetos de expansão da transmissão de energia elétrica contribuirão para a redução das emissões de CO₂ do setor elétrico no País como um todo, por possibilitarem a substituição de geração termelétrica local a óleo combustível ou diesel, por energia proveniente de outras regiões,

em que a base é predominantemente hídrica. Em termos gerais, o programa de transmissão evita o investimento na expansão da geração do Sistema Interligado Nacional suficiente para suprir aproximadamente **7.000 MW médios, evitando-se a emissão de cerca de 11 milhões de tCO₂e¹**.

d) entre 2008 e 2010 está prevista a entrada em operação de mais de **7.000 MW** de potência em energias renováveis, o que representa 18% das contratações dos últimos leilões. Destaca-se que esta participação tende a ser cada vez mais significativa, em especial pelo crescimento do número de térmicas a bagaço de cana.

e) Expansão da Energia Solar Fotovoltaica

A idéia é de fomentar no Brasil, a criação de um parque industrial competitivo de sistemas fotovoltaicos capaz, inclusive, de disputar o mercado internacional e promover no País, a instalação de indústrias de beneficiamento do silício para fabricá-lo no grau de pureza solar, fornecendo condições para a disseminação da utilização da energia solar fotovoltaica.

f) Utilização de Resíduos Urbanos para Fins Energéticos

O potencial de produção de energia elétrica a partir dos RSU em 2030, previsto no PNE 2030, pode variar de **1.230 MW**, no caso de utilização da tecnologia de digestão anaeróbica, até **8.440 MW**, no caso se de utilizar a geração com ciclo combinado otimizado. Atualmente, a geração de energia a partir de resíduos no Brasil é inferior a 50MW.

g) Programa de Incentivo ao Uso de Aquecimento Solar de Água

De acordo com o estudo citado, estima-se que o programa solar térmico, somado às ações ora em curso, têm um potencial de reduzir cerca de 1.200 MW no horário da ponta e reduzir um consumo de energia de 2.500 GWh/ano no ano de 2015, caso sejam mantidas as metas originais de instalar aproximadamente 14 milhões de metros quadrados até 2015 (considerando linha de base de 3 milhões de metros quadrados em 2006). Isto representaria, em **2015, uma redução anual de emissões de 460.000 tCO₂e**.

Está também em fase de conclusão um **Mecanismo de Promoção Adicional da Energia Renovável e da Eficiência Energética (MPA)** frente à geração de energia por meio de usinas térmicas a combustíveis fósseis a serem instaladas no País, de forma a aumentar a oferta de energia renovável no País.

3. Fomentar o aumento sustentável da participação de biocombustíveis na matriz de transportes nacional e, ainda, atuar com vistas à estruturação de um mercado internacional de biocombustíveis sustentáveis.

– aumento médio anual da produção de **etanol** de **11%** nos próximos anos.

Considerando apenas a demanda nacional de combustível, estima-se que a sua produção poderá passar de **25,6 bilhões de litros em 2008 para 53,2 bilhões de litros em 2017**,

- As exportações também poderão desempenhar um papel importante para o setor produtivo, consolidando a posição de liderança brasileira no comércio internacional dos biocombustíveis. Novamente, as projeções evidenciam uma possível mudança de patamar nas exportações brasileiras de

¹ Para esta estimativa utiliza-se o Fator de Emissão do Sistema Interligado Nacional – SIN pela geração de energia elétrica, calculado de acordo com a “Ferramenta Metodológica para calcular o Fator de Emissão de um Sistema Elétrico”, aprovada pelo Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL e publicado pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, Autoridade Nacional Designada Brasileira para o MDL.

etanol, dos atuais **4,2 para mais de 8 bilhões de litros**, no horizonte decenal,

– **biodiesel** poderá aumentar em **mais de 60%** sua participação em relação ao atual nível de consumo na matriz de transportes brasileira.

- Poder-se-ia projetar um potencial máximo de produção de cerca de **10,5 bilhões de litros** de biodiesel em 2008 e de **14,3 bilhões de litros** em 2017.

Assim:

Etanol em substituição à gasolina deverá ser responsável por evitar o lançamento de cerca de **508 milhões de toneladas de CO₂** no período compreendido entre 2008 e 2017;

Biodiesel em substituição ao Diesel diesel no período decenal deverá ser responsável por evitar o lançamento de **cerca de 62 milhões de toneladas de CO₂**;

4. Buscar a redução sustentada das taxas de desmatamento, em sua média quadrienal, em todos os biomas brasileiros, até que se atinja o desmatamento ilegal zero.

Basicamente, o que suportará o atingimento deste objetivo será um conjunto de ações integradas de ordenamento territorial e fundiário, monitoramento e controle, fomento a atividades produtivas sustentáveis, envolvendo parcerias entre órgãos federais, governos estaduais, prefeituras, entidades da sociedade civil e o setor privado.

São objetivos específicos:

i) redução nos índices de desmatamento e queimadas na Amazônia brasileira, especialmente em termos de práticas ilegais que gerem significativos danos ambientais e problemas sociais;

ii) diminuição das práticas de grilagem de terras públicas em áreas críticas, associadas ao desmatamento ilegal;

iii) redução nos índices de exploração madeireira ilegal, associada a um crescimento expressivo na área sob manejo florestal para produtos madeireiros e não-madeireiros;

iv) aumento na adoção de práticas de prevenção e controle do fogo, manejo de pastagens e práticas agrícolas e agroflorestais sustentáveis entre produtores rurais;

v) redução significativa no percentual de propriedades rurais com passivo ambiental referente à Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente, associado a um aumento nos casos de celebração de Termos de Ajustamento de Conduta e práticas de recuperação de áreas degradadas;

vi) avanços na viabilização de um novo modelo de reforma agrária em bases sustentáveis para a Amazônia brasileira, com significativas implicações para a redução do desmatamento;

vii) avanços na criação e implantação de unidades de conservação e terras indígenas em áreas prioritárias, como elementos fundamentais de uma estratégia de conservação da floresta e o desenvolvimento sustentável da Amazônia; e

viii) aumento da capacidade institucional de órgãos ambientais e outras instituições parceiras, inclusive da sociedade civil, na implementação integrada de medidas de prevenção e controle do desmatamento, e na viabilização de atividades produtivas sustentáveis.

Assim, a contenção do desmatamento na região deve se basear na implementação de um conjunto integrado de políticas estruturantes, inclusive medidas emergenciais, norteadas pelas seguintes diretrizes:

i) valorização da floresta para fins de conservação da biodiversidade, manejo florestal de produtos madeireiros e não-madeireiros e a prestação de serviços ambientais, como um dos alicerces de um novo modelo de desenvolvimento regional, objetivando a qualidade de vida de populações locais com a redução de desigualdades sociais, a competitividade econômica e a sustentabilidade ambiental;

ii) incentivos para a melhor utilização de áreas já desmatadas em bases sustentáveis, contemplando inovações tecnológicas, como o manejo de pastagens, sistemas agroflorestais, agricultura ecológica e a recuperação de áreas degradadas, como forma de aumentar a produtividade e diminuir as pressões sobre florestas remanescentes;

iii) a tomada de medidas urgentes de ordenamento fundiário e territorial, visando à redução do acesso livre aos recursos naturais para fins de uso predatório e o fortalecimento de instrumentos de gestão democrática e sustentável do território, priorizando o combate à grilagem de terras públicas, a regularização fundiária, viabilização de modelos alternativos de reforma agrária adequados à Amazônia, e a criação e consolidação de unidades de conservação e terras indígenas;

iv) aprimoramento dos instrumentos de monitoramento, licenciamento e fiscalização do desmatamento com metodologias inovadoras, contemplando a sua integração com incentivos à prevenção de danos ambientais e à adoção de práticas sustentáveis entre usuários dos recursos naturais;

vi) fomento à cooperação entre instituições do Governo Federal, responsáveis pelo conjunto de políticas relacionadas às dinâmicas de desmatamento na Amazônia Legal, superando tendências históricas de dispersão e de isolamento da área ambiental;

vii) adoção de um estilo de gestão descentralizada e compartilhada de políticas públicas, por meio de parcerias entre a União, estados e municípios, contemplando as respectivas necessidades de fortalecimento institucional;

viii) estímulo à participação ativa dos diferentes setores interessados da sociedade amazônica na gestão das políticas relacionadas à prevenção e controle do desmatamento, e à viabilização de alternativas sustentáveis, como meio para aumentar a qualidade de sua implementação, com transparência, controle social e apropriação política;

ix) valorização da aprendizagem entre experiências piloto bem sucedidas, dando-lhes escala por meio de sua incorporação em políticas públicas; e efetivação de um sistema de monitoramento das dinâmicas do desmatamento e políticas públicas correlatas na Amazônia, permitindo a análise permanente da eficiência e eficácia destes instrumentos, no intuito de garantir um processo permanente de aprendizagem e aperfeiçoamento, com transparência e controle social.

A fixação do preço mínimo de produtos extrativistas é uma importante ação que será deflagrada pelo MMA com o objetivo de melhorar a capacidade produtiva e de auto-sustentação dos Povos e Comunidades Tradicionais e apoiar a comercialização de produtos extrativistas, de forma a garantir o sustento da população da região. Além disto, acordos com Entidades Empresariais auxiliam no combate ao desmatamento. Já são três as medidas já implementadas pelo MMA, como a **Moratória da soja, Pacto com produtores de madeira do Pará e Acordo com FIESP.**

5 .Eliminar a perda líquida da área de cobertura florestal no Brasil, até 2015.

O Brasil é um país florestal com aproximadamente 4,8 milhões de quilômetros quadrados de florestas –

o que representa em torno de 10% do total mundial – e a segunda maior área de florestas do mundo.

As florestas plantadas do Brasil, por outro lado, representam cerca de 1% da cobertura florestal do País com aproximadamente 53 mil quilômetros quadrados. As florestas plantadas têm crescido modestamente, atingindo apenas 6% entre 1990 e 2005.

A cobertura florestal do Brasil tem sido reduzida ao longo do tempo. Em um período de apenas 15 anos (1990 a 2005), por exemplo, aproximadamente 420 mil quilômetros quadrados de florestas foram convertidas em outros usos, principalmente pecuária e cultivo de grãos como soja e milho. Isso significou uma perda anual de 28,4 mil quilômetros quadrados (FAO, 2005).

Serão desenvolvidos esforços para o **ordenamento de ações de planejamento do uso do solo** e mobilizados mecanismos que contribuam para o alcance deste objetivo, inclusive por meio de atividades de **reflorestamento e florestamento** implementadas no Brasil estas últimas a serem estabelecidas onde os retornos ambientais ou econômicos da constituição de florestas superem os ganhos aferidos pelas lavouras e rebanhos. **Ao serem eliminadas as perdas de cobertura florestal, espera-se a obtenção de saldo positivo desta cobertura uma vez que as ações constantes do Plano serão mantidas.**

De forma a se atingir este objetivo serão intensificados os programas de reflorestamento e regeneração de áreas degradadas, silvicultura econômica e pagamento de serviços ambientais. Para tanto já existe uma lei (nº 11 775/2008) onde produtores rurais, poderão acessar financiamentos com recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural, para ações voltadas à proteção ou recuperação do solo ou de áreas degradadas, florestamento ou reflorestamento. Determina ainda que operações florestais destinadas à regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas terão encargos financeiros e financiamentos com baixa taxa de juros.

Ações a serem feitas para atingir este objetivo:

Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP)

Inventário Florestal Nacional

Plano Anual de Outorga Florestal

Programa Florestas Energéticas

Programa de Recuperação de Áreas Degradadas

Outras ações poderão ser realizadas no âmbito do processo de licenciamento ambiental em forma de compensação via reflorestamento. Como exemplo de iniciativa deste tipo, cabe destacar o Corredor Ecológico do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – COMPERJ, onde serão plantados 3,6 milhões de árvores, em cinco anos.

6. Dobrar a área de florestas plantadas no Brasil de 5,5 milhões de ha para 11 milhões de ha em 2015, sendo 2 milhões de ha de espécie nativa e recuperação econômica e ambiental de 100 milhões de há de pastos degradados. OBJETIVO DO MMA

em geral, metade da biomassa florestal é composta por carbono. Por essa razão, a derrubada e a queima de florestas nativas ocasionam grande emissão de carbono na forma de dióxido de carbono (CO₂) para a atmosfera.

Como práticas agrícolas sustentáveis deve-se buscar a **Redução Gradativa da Queima da Palha da**

Cana-de-Açúcar. O MMA irá realizar um diagnóstico da situação juntos aos órgãos competentes, para verificar o nível de conformidade das práticas observadas relativamente à norma. Paralelamente, serão avaliadas, para cada região do País, as possibilidades de aumento das metas já estabelecidas, em razão das distintas realidades sócio-econômicas e ambientais.

Programa Produção Sustentável do Agronegócio

Financia a recuperação de áreas de pastagem degradadas, inserindo-as novamente no processo produtivo. Os recursos serão aplicados na adoção de práticas sustentáveis, como os sistemas integrados Lavoura-Pecuária-Silvicultura, correção e manejo do solo e projetos de adequação ambiental de propriedades rurais. Os cerca de **100 milhões de hectares de pastos degradados existentes hoje no País, se bem trabalhados, podem abrigar a expansão agrícola sem que seja preciso desmatar.** A adoção do plantio direto e redução do uso de fertilizantes nitrogenados também reduz a emissão de carbono e outros gases de efeito estufa para a atmosfera.

7. Procurar identificar os impactos ambientais decorrentes da mudança do clima e fomentar o desenvolvimento de pesquisas científicas para que se possa traçar uma estratégia que minimize os custos sócio-econômicos de adaptação do País.

Para alcançar o objetivo do Plano, serão criados mecanismos econômicos, técnicos, políticos e institucionais que:

- Promovam um desenvolvimento científico e tecnológico do setor produtivo que inclua as considerações ambientais a favor da coletividade;
- Aumentem a consciência coletiva sobre os problemas ambientais da atualidade e propiciem o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária;
- Valorizem a floresta em pé e façam com que a conservação florestal seja uma atividade atraente, que gere riqueza e bem-estar àqueles que dela vivem;
- Incentivem e estimulem medidas regionais que sejam adequadas às condições diferenciadas, onde cada região e mesmo cada estado da nação possa identificar suas melhores oportunidades de redução de emissões e remoção de carbono.

Iniciativas Associadas a Adaptação

Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - PAN Brasil

Programa Marco para a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos da Bacia do Prata, considerando os efeitos decorrentes da variabilidade e mudanças climáticas

Mapeamento das Vulnerabilidades Urbanas em Face do Aquecimento Global e Efeito Estufa.

O MMA iniciará ainda este ano um estudo que tem como principal objetivo, a identificação das principais vulnerabilidades às mudanças climáticas nas aglomerações urbanas mais populosas do Brasil, expondo o benefício de se tomar ações preventivas em relação a essas mudanças, como imperativo de segurança e prosperidade e, influenciar políticas públicas de adaptação às Mudanças Climáticas através do Plano Nacional de Mudanças Climáticas.

Em termos globais, as cidades consomem 75% da energia mundial e são responsáveis, direta ou

indiretamente, por enorme porcentagem das emissões dos gases de efeito estufa que são os principais agentes das mudanças climáticas globais. Os efeitos das mudanças climáticas globais afetam o clima local, ou seja, essas mudanças globais associadas aos problemas citados acima de rápida e desordenada urbanização. Existe ainda o grave problema para as cidades litorâneas em relação ao aumento no nível do mar, das ressacas, entre outros, ligados ao aquecimento global. De acordo com o IPCC (2007), as mudanças climáticas atingem muito mais os pobres e, como essa população tende a se concentrar nas cidades, as vulnerabilidades das áreas urbanas aumentam ainda mais.

No Brasil existem mais de 10 aglomerações urbanas com mais de 2 milhões de pessoas, sendo que duas delas, Rio de Janeiro e São Paulo, estão incluídas na categoria de mega-cidades mundiais que são as aglomerações urbanas com mais de 10 milhões de pessoas (UNDESA, 2007). Por um lado, as vulnerabilidades às mudanças climáticas encontradas nessas cidades são potencialmente críticas e, ao mesmo tempo, cabe ainda ressaltar que essas regiões também podem contribuir para uma nova economia global de baixas emissões de carbono. Ainda sim, faltam estudos detalhados sobre as vulnerabilidades e os impactos da Mudanças Climáticas nas cidades brasileiras. **O projeto é de suma importância para ampliar esses conhecimentos e incluir os resultados nos Planos de Ação das Cidades e no Plano Nacional em Mudanças Climáticas, atingindo assim, todos os níveis de governo no Brasil, do municipal, passando pelo Estadual, alcançando o Federal.**

Iniciativas Associadas a Capacitação

Projeto Capacitação de Gestores Municipais

O MMA está trabalhando na elaboração de manuais orientativos voltados às prefeituras municipais do País. O objetivo é oferecer ferramentas para a realização de estudos de emissões e remoções antrópicas de gases de efeito estufa e para a elaboração de planos, programas, projetos e/ou ações locais relacionados à mudança do clima.

Serão dois tipos de manuais. O primeiro é o Manual de Procedimentos para a realização de estudos de emissões e remoções antrópicas de gases de efeito estufa. A partir da identificação de uma metodologia apropriada para o estudo de emissões de gases de efeito estufa nos municípios, serão estabelecidos procedimentos para sua realização pelos municípios, tendo como base os setores da economia mais significativos em termos de emissões.

O outro designado Manual de Ações, conterà orientações para elaboração de planos, programas, projetos e/ou ações municipais, no que diz respeito à mitigação da mudança do clima e à capacitação e divulgação. As orientações abordarão os seguintes tópicos, entre outros:

- Meios para identificar ações ou medidas e seus respectivos instrumentos atualmente implementados pelo município que, de alguma forma, contribuam para os dois eixos de atuação acima mencionados;
- Meios para identificar a necessidade de ações ou medidas específicas para adequar ou fortalecer as ações mencionadas acima;
- Meios de sistematização das informações voltadas para o processo de construção de planos, programas, projetos e/ou ações locais relacionados à mudança do clima;
- Levantamento de legislação e normas aplicáveis à regulamentação das ações que tenham relação, direta ou indireta, com os planos, programas, projetos e/ou ações locais associados à mudança do clima;
- Levantamento dos instrumentos necessários para execução das ações propostas, incluindo planos, programas, projetos e ações no âmbito federal ou estadual;
- Meios para identificação das oportunidades voltadas ao desenvolvimento de atividades de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Quioto.